

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GANDRA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE-----

-----ATA NÚMERO DOZE-----

----- (Quadriénio 2017-2021) -----

----- Aos trinta dias de setembro de dois mil e vinte reuniu no Pavilhão Gimnodesportivo da Cidade de Gandra, sita na Avenida dos Desportos n.º499 , a Assembleia de Freguesia, sob a presidência de Manuel Teixeira, primeiro secretário Cândido Silva e segundo secretário, Sérgio André. -----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

----- Partido Socialista (PS): Luís Matos, Sílvia Sá Pinto, Sandra Gaspar e Angelina Gonçalves. -----

----- Partido Social Democrata (PSD): Manuel Teixeira, Alberto Ferreira, Sérgio André, Nuno Barros, José Costa em substituição de Jorge Oliveira.-----

----- Às vinte e uma horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, Manuel Teixeira, iniciou a sessão esclarecendo que o deputado Jorge Oliveira pediu a sua substituição, sendo Filomena Costa a seguinte da lista, a qual também não poderia estar presente. Sendo assim, Jorge Oliveira foi substituído por José Costa o terceiro da lista e presente nesta assembleia. Esclareceu também que o deputado Armando Leal justificou a sua ausência e pediu a sua substituição, não pelos elementos subsequentes da lista, mas pelo sexto ou sétimo elemento. Foi-lhe informado que os elementos que se encontravam antes do que o iria substituir teriam que informar, por escrito, que não poderiam estar presentes, o que não aconteceu, não sendo possível a sua substituição.-----

----- 1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Após solicitação para intervenção neste ponto, inscreveram-se as seguintes pessoas: Manuel Teixeira, Alberto Ferreira e Sílvia Sá Pinto. -----

----- Tomou da palavra o Manuel Teixeira, agradecendo a Renato Almeida a forma eficaz e rápida com que resolveu um problema que lhe terá falado no fim da assembleia de trinta de junho, que era a colocação de placas identificativas dos ecopontos, sendo esta identificação importante para os moradores e utilizadores dos ecopontos naquela zona.-----

----- Alberto Ferreira iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, questionando de seguida o presidente de junta sobre em que estado se encontra a situação dos Casais relativamente ao acabamento de algumas ruas, ao fontanário que se encontra sem água e também ao estado do processo relativo ao campo “bota-fogo”. Relativamente a este último, salientou que o anterior presidente de câmara lhe terá prometido em sua casa que iria

fazer um mini pavilhão, no caso de o campo ser dividido em metade, o que já aconteceu por uma rua inacabada. De seguida, aludiu que não compreendia o motivo de se fazer tantas ruas novas e a rua que liga o Guardão aos Casais não ser feita. Terminou a sua intervenção questionando quem foi o presidente de junta da freguesia de Gandra que votou a favor da venda da concessão da água e do lixo realizado pela câmara municipal de Paredes, há muitos anos atrás, fazendo referência à situação semelhante da venda da cooperativa de eletricidade.-

----- O Presidente de Junta iniciou a sua intervenção em resposta às questões colocadas por Alberto Ferreira, começando por dizer que iria responder ao que tinha conhecimento, pois havia questões que desconhecia. Assim, referiu que existem um conjunto de ruas que precisam de ser feitas. A rua em questão, mesmo reconhecendo a importância e utilidade da mesma, é uma rua que não está feita por existirem outras prioritárias. Referiu ainda que conta que a câmara municipal de Paredes, no espaço de oito dias, inicie a sua intervenção na pavimentação de ruas, calendarizadas para serem executadas em agosto, o que não foi possível. Referiu, também, que a rua em questão não está incluída nesta calendarização e que se for possível será feita no próximo ano em cubo (paralelo), pois já têm orçamento para a mesma. Em relação ao fontanário, o problema está resolvido. Sobre este tema esclareceu ainda que esta água nasce na freguesia de Astromil, abastecendo os fontanários de Astromil e este de Gandra. Em parceria com o atual presidente de junta de Astromil têm uma intervenção prevista para outubro para tentar solucionar este problema, que surge pelo crescimento dos raizeiros, provocando o estrangulamento das tubagens. Em relação ao campo “bota-fogo” esclareceu que em meados de dois mil e dez/dois mil e onze (data provável), os proprietários do terreno, tentaram uma ação a solicitar a restituição do imóvel, uma vez que o campo não estava a ser utilizado e também não pagavam as rendas. Nessa mesma altura, foi contactado pela junta de freguesia, na posição de advogado, para contestarem a ação, chegando a um acordo entre três partes, proprietários do terreno, junta de freguesia e câmara municipal. Ficou acordado, a junta de freguesia abrir uma rua a meio do terreno, ficando a parte nascente propriedade da junta de freguesia e a parte poente continuaria com os proprietários. Em contrapartida a câmara municipal obrigava-se a viabilizar a possibilidade de construção nas duas parcelas. O acordo está feito e pendente de algumas formalidades que estão a ser tratadas, para ser concluído. Em relação à rua que liga o Guardão aos Casais, no anterior executivo, em meados de dois mil e catorze, houve um acordo verbal entre junta de freguesia e câmara municipal para execução da rua, sendo neste acordo responsabilidade da junta negociar os terrenos com os particulares para os alargamentos necessários e também a terraplanagem. Seria da responsabilidade da câmara municipal a pavimentação. As obrigações da junta de freguesia foram cumpridas. Com o novo executivo da câmara, já foi abordado o assunto e esperamos pela oportunidade de ser pavimentado. Contudo se a câmara não tiver capacidade financeira para a execução desta rua, vai a junta de freguesia tentar executar até ao final do atual mandato, pelo menos, a parte que liga o pavilhão à fração de cima dos Casais. Em resposta ao assunto sobre a concessão das águas este refere que o contrato em vigor foi estabelecido no ano dois mil, não tendo nessa altura qualquer responsabilidade política.

Referiu, ainda, não ter conhecimento da posição de voto do presidente de junta à data, acrescentando que este terá tomado a decisão que lhe terá parecido mais conveniente para a freguesia. Acrescentou, ainda, que conheceu a proposta que o executivo levou à reunião de câmara, sendo aprovada, e que consiste na retirada do contrato de concessão da área geográfica do sul do concelho, Gandra, Recarei, Sobreira, Parada de Todeia e Aguiar de Sousa.-----

----- De seguida foi dada a palavra a Sílvia Sá Pinto, que começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que a intervenção anterior já tinha esclarecido alguns assuntos pertinentes e do interesse de todos, concentrando a sua intervenção em relação às consequências da situação de pandemia que o país atravessa nomeadamente na freguesia de Gandra, questionando o presidente de junta se tem conhecimento de ter havido um aumento exponencial das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica em Gandra. Perguntou, ainda, se tem conhecimento, ou algum dado estatístico, em relação ao aumento da taxa de desemprego em Gandra, do número de famílias que estão a ser apoiadas e também se existe alguma articulação com as associações nesse apoio às famílias. Por fim, terminou a sua intervenção sobre um outro assunto que tem vindo a ser falado e que consiste na dificuldade existente para encontrar locais para habitação e se a junta tem sido solicitada para algum tipo de apoio nesse sentido.-----

----- Em resposta à Sílvia Sá Pinto, o presidente de junta refere que estamos a atravessar um período inédito e de incertezas na nossa história, não sabendo o que vai acontecer mesmo a curto prazo. Refere que todos os dados que possui são especulações e baseados no sentido empírico, pois leu um artigo do observador que relativamente à evolução da pandemia apresentava números catastróficos com uma acentuada evolução da taxa de desemprego. Refere, ainda, que não tem acesso a dados objetivos sobre o desemprego da nossa freguesia, mas o conhecimento que tem dos dados gerais que tem vindo a ser publicados, é que a taxa de desemprego tem aumentado substancialmente. Acrescentou que a junta de freguesia, tal como a maioria, tem poucos recursos, quer financeiros, quer humanos, havendo falta de técnicos especializados, pois têm vindo a ser atribuídas competências locais, para as quais a junta não tem recursos humanos para dar resposta eficaz às necessidades. Refere também que o número de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica não tem vindo a aumentar, pelo menos nestes dois últimos meses. Acrescentou que estas famílias estão sinalizadas e têm vindo a ser acompanhadas. Ainda em relação ao apoio às famílias, a junta de freguesia tem vindo a criar programas de apoio que podem variar no tempo de acordo com as necessidades de cada agregado. Refere, também, que para a gestão deste processo de ajuda, têm a trabalhar com a junta de freguesia uma técnica da segurança social, uma vez por semana, a câmara e a Lucília e Lucinda do executivo da junta de freguesia, responsáveis pela área social. Além destes intervenientes temos também a conferência S. Vicente Paulo que faz a triagem e identificação dos casos, num trabalho em parceria e rede. Por fim e sobre a habitação, o facto de termos a CESPUI em Gandra, uma mais-valia para a cidade, criou uma especulação imobiliária, que inflacionou os preços tornando o arrendamento e a compra de

imóveis difícil, não só pelos preços inflacionados mas também pela procura excessiva. Contudo, conclui que a elasticidade do mercado e os atuais investimentos na criação de novas residências universitárias e novas residências habitacionais, vai com o tempo resolver este problema.-----

----- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 2.1. **Discussão e votação da ata da sessão anterior**-----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto, inscreveu-se Sílvia Sá Pinto.---

----- Sílvia Sá Pinto iniciou a sua intervenção, fazendo um agradecimento à forma sucinta e clara com que a ata foi redigida. Refere ainda que se noutras assembleias teve a necessidade de intervir para fazer os reparos que lhe pareciam necessários, nesta assembleia a sua intervenção é pelo sentido positivo e para elogiar o trabalho feito na redação da ata.-----

----- De seguida a ata foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

----- 2.2. **Informação escrita do Presidente – Para Conhecimento** -----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto, ninguém interveio. -----

----- 2.3. **Autorização para celebração de protocolo com a Associação Aliança Futebol Clube de Gandra**-----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto, inscreveu-se Sílvia Sá Pinto.---

----- Sílvia Sá Pinto refere que a bancada do partido socialista concorda com este protocolo, não tendo nada a opor, apenas reforçar o que já tem sido pedido noutras assembleias, desde que são membros, que são os documentos de prestação de contas do clube e que nunca lhes foi facultado. Acrescentou, ainda, desconhecerem se os mesmos são entregues, ou não, à junta de freguesia. Refere, também, que seria um óptimo presságio que a junta de freguesia pudesse triplicar o valor doado a esta e outras associações, mas entendem que a realidade não permite essa situação.-----

----- Em resposta, o presidente de junta refere que, obviamente, fiscalizam a atividade do Aliança de Gandra e que é uma das obrigações do clube enviar o relatório de contas para efeitos de fiscalização deste protocolo. Expõe ainda que vai solicitar ao Marco o envio do mesmo. -----

----- Não havendo mais ninguém que quisesse intervir, foi colocada à votação esta autorização para celebração de protocolo com a Associação Aliança Futebol Clube de Gandra, sendo aprovado por unanimidade.-----

----- 2.4 **Outros assuntos de interesse para a Freguesia** -----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto, inscreveu-se Luís de Matos.---

----- Luís de Matos iniciou a sua intervenção por cumprimentar os presentes, dirigindo-se de seguida ao presidente de junta, chamando a sua atenção sobre três aspetos. Um deles é sobre

a preocupação demonstrada pelo presidente do impacto da Covid-19 no tecido empresarial e se a sua preocupação era a nível local ou a nível nacional, pois entendeu pelo seu discurso que seria mais a nível nacional e não tanto a nível local, gostando assim ser esclarecido sobre este assunto. Em relação ao parque habitacional, questionou se o presidente tem ideia de quantas famílias estão em necessidade habitacional e mediante esse número, propor uma articulação com a câmara municipal de Paredes, pois é do conhecimento público que as autarquias irão receber verbas muito elevadas para serem postas em prática. Em relação à preocupação demonstrada pelo presidente ao facto de não haver recursos humanos capacitados na junta de freguesia, refere que o mesmo acontece nas autarquias e que até na administração central há falta de quadros competentes. Contudo, com a chegada desta quantia avultada de dinheiro para as autarquias, poderá ser criada uma oportunidade de descentralização da aplicação de dinheiros de fundos comunitários, sendo uma oportunidade única para articulação com a câmara municipal, para levar a cabo uma série de obras muito importantes, como saneamento e parque habitacional, sendo tempo de todas as forças políticas se unirem para um bem comum, pois temos quadros válidos à direita, à esquerda e todos somos poucos, sendo necessário reunir todas as competências. Concluiu com um último apontamento em relação à concessão das águas, afirmando que o PSD falhou crassamente neste processo e que o atual presidente não tinha responsabilidades políticas à data do protocolo. Não é menos verdade que as tinha no ano dois mil e oito aquando do aditamento, lançando um desafio ao presidente que se traduz na sua opinião sobre todo este processo da concessão das águas e também a sua opinião sobre o que o PSD referiu na assembleia de câmara relativamente ao resgate que vai custar vinte e dois milhões de euros, se este deveria ser feito por justa causa e sem custos para a autarquia, uma vez que o PSD enquanto esteve no poder, também o poderia ter feito, mas não fez. Perguntou, ainda, se o presidente admite que se enganou ou que foi enganado, ou ainda que se foi enganando ao longo deste processo.-----

----- Em resposta a Luís de Matos, o presidente refere que em relação ao artigo que leu, que obviamente não se trata de um artigo sobre Gandra, mas sim sobre o panorama que se prevê a nível nacional, concluiu que se o nosso país não está bem, a freguesia de Gandra, com certeza, também não estará. Refere, ainda, que na sua opinião, atualmente, a nossa freguesia está melhor que o país, pois a nossa indústria está bem preparada e expandida a mercados internacionais. Acrescentou que está, obviamente, preocupado com o país, pois se o país não estiver bem, nós também não iremos estar, estando assim a sua preocupação no cidadão. Em relação ao parque habitacional refere que não sabe quantas famílias estão a necessitar de habitação, aludindo à precisão do conceito “necessidade”. Refere que primeiro é necessário criar requisitos de condições de habitabilidade mínima, pois só assim se conseguirá perceber quem realmente precisa de casa ou não. Refere que também desconhece se alguém terá já feito esse trabalho, até a nível nacional. De seguida esclarece que uma expressão utilizada pelo Luís de Matos (“...*falta de massa cinzenta*...”) não é dele e esclarece que a junta de freguesia não tem técnicos preparados para executar competências que lhes são atribuídas.

Refere que são conferidas competências à junta, mas sem envelope financeiro e recursos humanos para a execução das mesmas. Em relação ao fundo monetário que está para chegar, refere que teve uma reunião na CCDR-N, sendo um dos assuntos o tema habitacional, onde lhe terá sido dito que uma grande parte desses fundos dirigidos ao parque habitacional será atribuído a particulares, não sabendo ele a veracidade deste assunto. Refere, ainda, que deveria estar a ser pensado um modelo semelhante aos anos setenta ou oitenta, mas não tem certezas de nada. Conclui sobre este tema que a junta de freguesia não tem capacidade económica, nem recursos humanos para este tipo de projetos, sendo que tem de haver uma parceria entre o município e a junta de freguesia. Passando para o tema do saneamento e água, refere que desde o ano dois mil até à presente data, nunca assinou qualquer documento relativo ao mesmo. Acrescentou que no ano dois mil e oito foi-lhe pedido um parecer jurídico sobre o aditamento ao contrato de concessão das águas, situação essa que nos era mais favorável do que a situação anterior, pois previa subsistemas. De seguida e em relação ao pedido da opinião pessoal do presidente sobre todo o processo da concessão das águas este refere que a sua opinião é muito própria e não será discutida na assembleia. Menciona, ainda, que teve acesso à proposta que foi elaborada pela câmara, a qual lhe parece estar bem produzida, sendo uma opção política. O presidente refere que entende o motivo de alguns serviços públicos serem privatizados, pois ficam menos dispendiosos, são mais rápidos e eficientes. De seguida, de forma a reforçar a sua opinião, deu um exemplo em concreto de um serviço prestado no âmbito de ligação de águas noutra autarquia.-----

----- De seguida, pedindo da palavra interveio Luís de Matos, referindo que a prédica ideológica à direita do presidente foi agradável, mas refere como exemplo que os países do norte, são de direita, sociais-democratas, e todos os serviços essenciais como água e eletricidade são geridos pelo estado. Refere, ainda, que não tem dúvidas quanto à importância desses serviços pertencerem à gestão do estado. Contudo, não deixa de concordar quanto ao facto do estado português não ter competência para a gestão dos mesmos. Assume que quando referiu na intervenção anterior, por engano, a expressão de falta de massa cinzenta, o que quis dizer era falta de competência, mas voltou a assumir que existe mesmo falta de massa cinzenta nos quadros qualificados, pois estes são cada vez menos. Refere ainda, que se estes serviços forem geridos por pessoas capazes, são serviços que dão muito lucro, não devendo nunca sair da gestão do estado. Sobre este tema conclui que o que é mesmo preciso são bons gestores nos quadros estatais. Ainda sobre a opinião do presidente sobre o tema da concessão das águas refere que este fugiu à resposta de uma forma elegante, baseada no modo como defenderam a água e a posição de não deixarem a empresa das águas operar na freguesia. Refere ainda que quem criou o problema foram as forças políticas da altura (PSD), mas que agora ninguém quer assumir o que foi mal feito. Menciona que a força política, PSD, deveria fazer uma revisão ideológica sobre os bens essenciais, pois é uma das preocupações da sua equipa. Referiu ainda que neste caso concreto do privado que gere as nossas águas, este não serve os interesses da população, não fazendo mais e melhor como se esperava e não cumprindo o que tinha no contrato. Devendo por isso, o anterior executivo, já ter resolvido

o problema. Refere, novamente, que água e luz são as autarquias que devem gerir e não os privados. -----

----- Interveio de seguida o presidente referindo que ficou agradado com o exemplo dos países sociais-democratas, os quais gerem muito bem, mas que de facto estes países nada têm que ver com a nossa realidade, pois somos diferentes. Esses países têm um sentido de cidadania e uma forma de pensar que nós não temos. Em resposta aos princípios ideológicos dos sociais-democratas referidos pelo Luís de Matos sobre a privatização de empresas públicas, refere que também defende que os serviços essenciais não têm que dar lucro, mas assume de facto os seus princípios ideológicos e deu como exemplo o prejuízo da companhia aérea TAP, neste primeiro semestre deste ano, embora reconheça que seja um ano atípico. Com isto, esta empresa apresentou um prejuízo de seiscentos milhões de euros, o que se torna insustentável para o estado e mesmo assim a administração da TAP deliberou a atribuição de prémios aos colaboradores, o que era impensável, se se tratasse de uma empresa privada. Ainda sobre os idealismos políticos, destacou que está preocupado com algumas filosofias que não querem acabar com os pobres, mas sim com os ricos. Concluiu a sua intervenção, referindo que esta decisão da autarquia no resgate da concessão das águas é a decisão mais complexa e arriscada do mandato, reconhecendo que é uma decisão de coragem, que terá com certeza repercussões para o orçamento dos mandatos seguintes, não avaliando ainda se é ou não uma decisão acertada. Menciona que assume ser um social-democrata ativo, mas a partir do momento que foi eleito, as suas decisões políticas são de acordo com a sua consciência e de acordo com aquilo que acha ser melhor para a freguesia, não sendo de caráter partidário. -----

-----3.0 INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Abertas as inscrições para intervenção neste ponto, inscreveram-se Armando Costa e Renato Almeida.-----

----- Tomando da palavra Armando Costa, iniciou a sua intervenção dizendo que as condições onde está o público não são as melhores, pois não conseguem ouvir o que é dito. De seguida, referiu que foi o implementador do serviço de água na freguesia de Gandra e que já, naquela altura, nos serviços municipais, eram canalizados cerca de trezentos mil euros para o prejuízo do serviço das águas, o que refletia uma má gestão. De seguida perguntou ao presidente de junta pelas obras prometidas pelo partido socialista, como o auditório, saneamento, passeios e outras obras. Alude, ainda, que a única obra que vê em curso, é o passeio que faz a ligação da estrada nacional quinze à igreja de Gandra, que se encontra por acabar com postes e sinais de trânsito no meio do mesmo e, na sua opinião, mal dimensionado (muito estreito), pois as pessoas não têm grande espaço quando se cruzam. De seguida comentou o projeto da autarquia em relação à construção de moradias para os cidadãos de etnia cigana, residentes no centro de Paredes, projeto com um custo de milhões, variando o custo de cada habitação entre cem e cento e cinquenta mil euros. Posto isto, colocou uma questão ao presidente de junta sobre a possibilidade da câmara, também, alojar os habitantes de Gandra que vivem em

condições indignas. De seguida dirigiu-se ao partido socialista sobre um episódio que terá acontecido noutra assembleia e sobre o qual foi levado a tribunal com pedido de indemnização por danos morais, dizendo que foi absolvido. Salientou, ainda, que as testemunhas apresentadas pela queixosa foram Sílvia Sá Pinto e Renato Almeida. De seguida fez um relato de todo o processo acontecido, pois não concorda de terem dado o nome de Alberto Pereira Monteiro à nova praça de Vilarinho de Cima, pois considera que o mesmo cometeu, segundo ele, ilegalidades contra a freguesia, deixando alguns exemplos do que aconteceu no seu mandato. Para terminar a sua intervenção deixou uma questão aos deputados da assembleia, questionando-os se aprovariam o nome de Alberto Pereira Monteiro para a nova praça, depois de saberem o que acontecera no passado.-----

----- Sílvia Sá Pinto pediu a palavra em defesa da sua honra e questiona Armando Costa sobre o que ele tem contra o partido socialista de Gandra e sobre a sua pessoa. Refere ainda que foi testemunha daquilo que presenciou, salientando que o processo lhe correu bem. O mesmo não terá acontecido num outro episódio que envolveu cidadãos de etnia cigana. Terminou a sua contestação, aludindo à idade e ao facto de Armando Costa já ter sido presidente de junta, pedindo-lhe mais respeito à sua pessoa e à bancada do partido socialista.-

----- Renato Almeida iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes dirigindo a sua interferência a Armando Costa, começando por dizer que este os confundiu quando referiu que os serviços municipais só servem para criar postos por interesse, uma vez que Renato Almeida tem conhecimento que Armando Costa, também, defende que estes serviços (distribuição de água) devem ser executados pelas juntas e autarquias, acrescentando que as concessões é que servem para criar riquezas particulares. De seguida referiu que em relação às promessas dos membros do partido socialista candidatos à junta de freguesia, não as poderá cobrar pois eles não venceram. Em relação às promessas da autarquia questionadas pelo Armando Costa, Renato Almeida questiona-o onde está a cidade do futuro, a pista de fórmula um e o mastro com mais de cem metros. De seguida e em relação ao projeto de alojamento dos cidadãos de etnia cigana, refere que este é um projeto financiado a sessenta e cinco por cento a fundo perdido, sendo este problema, prometido ser resolvido no executivo anterior. Refere ainda que no âmbito do mesmo projeto será feito um levantamento de outras situações como prédios devolutos e casas em situações precárias, para serem englobados no mesmo. Em relação ao processo judicial, não tem qualquer conhecimento de ter sido testemunha, pois nunca foi intimado para nada. Dirigindo de seguida a sua intervenção para a concessão das águas de consumo e residuais feita no passado, refere que na sua opinião este foi um dos negócios mais ruinosos do concelho de Paredes e que essa responsabilidade não foi da competência das juntas de freguesia, mas sim do executivo da autarquia. Sobre o resgate da concessão das águas, refere que é um resgate e não uma rescisão. Na rescisão o valor da compensação é decretado em tribunal. A vantagem do resgate é que é o município que lança o valor e tem a possibilidade de no final de um ano, iniciar o seu exercício de funções de venda de água e saneamento, enquanto na rescisão teríamos que esperar que o tribunal decretasse a entrega dos serviços. Referiu ainda que não se pode comparar o negócio

das águas com a TAP, pois as águas dão lucro. Terminou a sua intervenção declarando que se tudo correr como o previsto, em dois mil e vinte e dois já seremos, novamente, detentores da gestão do negócio das águas.-----

----- O Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas e vinte minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa presentes. -----